



POR JOSÉ MIGUEL JÚDICE

O meu António Maria Pereira



O tempo passou, o António foi com grande dignidade diminuindo a sua actividade profissional, tornou-se cada vez mais uma figura simbólica e uma espécie de tio mais velho que nos ajudou tantas vezes a ultrapassar momentos difíceis

OPINIÃO

“Como entusiasta que sou da prática da advocacia em sociedade, não posso deixar de ter presente que o António Maria foi um visionário ao ter criado a primeira verdadeira sociedade de advogados portuguesa (...).

Todos, por isso, devemos muito ao AMP, tal como à PLMJ, pelo que sempre representaram de vanguarda no trilhar do caminho – nem sempre fácil, como sabemos – do exercício da profissão em Sociedade.

As suas qualidades e o seu exemplo ficarão connosco, em particular a sua visão, a sua capacidade de ir contra a corrente, a sua coragem, a inigualável simpatia e charme, a sua permanente juventude e vontade de ir mais além”.

Um dos maiores advogados portugueses da actualidade escreveu isto sobre António Maria Pereira, ao saber da sua morte. Não seria capaz de dizer melhor. Mas sinto que devo dizer algo mais, pois a ele devo em grande medida a possibilidade de ter sido advogado e o acesso aos “media” como comentador político.

Conheci o António na Prisão de Caxias, onde fomos detidos em finais de Setembro de 1974, por razões absurdas, sem culpa formada e sem que os direitos de defesa fossem minimamente respeitados (por exemplo, só ao fim de 40 dias pude contactar com o meu advogado). Éramos 14 pessoas, 24 horas fechadas numa cela pensada para 7 detidos. Isso podia facilmente causar atritos, mas forjou antes solidariedade e amizade para a vida.

Fui como ele libertado uns meses depois sem uma acusação; tinha sido saneado na Universida-

de de Coimbra e depois fui demitido da função pública. E de novo com todos os direitos espezninhados, pois a demissão foi deliberada sem que nunca tivesse sido acusado de nada e sem que me fosse permitido apresentar qualquer defesa, por decisão de um energúmeno maior que ocupava o lugar de ministro da Educação em Agosto de 1975.

Tive de me exilar, quando voltei, pedi ajuda ao António, que na altura nem para um estagiário tinha lugar no seu escritório, devido à crise. Convidou-me de imediato para um jantar em sua casa (e que magníficos e divertidos eram esses jantares!) onde estava Vera Lagoa e, ali mesmo, pediu para ela me dar a oportunidade de escrever no semanário “Sol”, que ia lançar. E assim começou uma faceta da minha vida activa.

Algum tempo depois, chegou a oportunidade de ingressar como estagiário no escritório que tinha com o Luís Sáragga Leal e o Francisco Oliveira Martins, e – mais outro pioneirismo – oferecendo-me de imediato uma remuneração, o que julgo que nenhum escritório português então oferecia a quem estava a começar. A principal área da minha vida profissional começou deste modo.

Em 1979 convidou-me para a Direcção da Secção Portuguesa da Comissão Internacional de Juristas, a que presidia, lançando-me na luta pelos Direitos Humanos, que passou a ser uma das minhas prioridades cívicas, também pelo que no corpo e no espírito vivera pessoalmente. Em 1980 os três sócios do que viria a ser PLMJ convidaram-me para sócio, estatuto que tenho como o mais honroso de todos os que obtive em mais de 35 anos de vida activa.

Mas nada disto – que é tanto! – se compara ao que devo ao António Maria Pereira como advogado. Em primeiro lugar, pelas lições formativas que me deu, tantas vezes pequenos pormenores decisivos: “os Clientes querem respostas sim ou não, não querem teorias”; “a nossa profissão é tão dura que deves ter cuidado com a saúde; não há bons advogados doentes”; “os clientes preferem uma resposta curta por telex no próprio dia do que um longo parecer por carta uma semana mais tarde”. A cultura “client oriented”, que com orgulho achamos ter em PLMJ, foi bebida por mim desde os primeiros dias de Setembro de 1976, quando cheguei.

Em segundo lugar, pelo carácter visionário e pioneirismo que teve quanto ao futuro da profissão. Em 1976 entrei no que era já uma sociedade de advogados, apesar de não haver lei a regulá-las e apesar de apenas no ano anterior no Reino Unido ter sido autorizado que as sociedades de advogados pudessem ter mais de 15 advogados! Ali o poder era partilhado, vivia-se uma verdadeira meritocracia e as carreiras existiam com seriedade e rigor. O António com naturalidade accitou que advogados mais novos tivessem mais poder, detivessem posições de capital superior à dele, levassem para casa maior rendimento. A lição do António foi seguida por todos nós.

Em terceiro lugar, a coragem cívica e a luta pela liberdade. A atmosfera em que me formei profissionalmente foi sempre assim. Por isso tenho dito que PLMJ é uma “sociedade de advogados” e não uma “empresa com advogados”. Muitas vezes há inconvenientes que decorrem da liberdade (discussões intermináveis, divergên-



Pereira, Leal, Martins e Júdice

O pequeno escritório criado por António Maria Pereira (em primeiro plano) e Luís Sáragga Leal (primeiro à esquerda) esteve na génese da firma de advogados PLMJ. Francisco Oliveira Martins (primeiro à direita) e José Miguel Júdice completaram, nos anos 70 do Século XX, o grupo



dos quatro fundadores. No passado dia 28 de Janeiro, António Maria Pereira partiu. Ficou a sua obra. Uma obra que inclui aquela que é hoje considerada uma das mais emblemáticas sociedades de advogados do País. O "pequeno" escritório integra hoje mais de 175 juristas.

cias assumidas, consensos difíceis, ineficiências e até por vezes algumas incoerências); mas considero que nem sequer as virtudes que uma "empresa com advogados" possui se comparam com tais defeitos! Nunca viveria em sociedade sem liberdade e um advogado que deixe de ser um profissional liberal, pelo facto de trabalhar inserido numa sociedade, nunca será um bom advogado.

O tempo passou, o António foi com grande dignidade diminuindo a sua actividade profissional, tornou-se cada vez mais uma figura simbólica e uma espécie de tio mais velho que nos ajudou tantas vezes a ultrapassar momentos difíceis. Sobretudo pelo seu sentido de humor, pela sabedoria que aprendera na vida e na poesia e pela forma como facilmente desconstruía os problemas e mostrava que nada era realmente tão complicado quanto a nossa energia jovem julgava ou temia.

Honar e lembrar o António é, por tudo isso, sermos capazes de conseguir que PLMJ continue a ser - no panorama das altamente qualificadas sociedades de advogados portuguesas nossas concorrentes - uma referência de inovação, visão, profissionalismo, sentido ético e orientação para os interesses dos clientes. Se o conseguirmos, o "P" de PLMJ ajudará à sobrevivência, para além da nossa efémera existência, da entidade a que os fundadores deram todo o tempo da sua vida activa. E quando, para lei natural das coisas, o "L", o "M" e o "J" também partirem, uma instituição nos sobreviverá, como o Luís Sarárga tantas vezes diz - ele que, mais do que ninguém, dedicou as suas energias e inteligência à sociedade.

Lisboa, 31 de Janeiro de 2009
José Miguel Júdice